

PREÂMBULO

HISTÓRIA DE CADA UM, HISTÓRIA DE TODOS

Cada pessoa tem um currículo e um histórico que envolve toda uma ampla estrutura: biológica, social, psicológica, cultural, espiritual, cósmica. Essencialmente criadora, transformadora, divina. Uma trajetória e ascendência que permeiam, extrapolam tempo e espaço. Porquanto a história de cada um é a história da própria humanidade. "As pessoas estão presas na história e a história presa nas pessoas", diz James Baldwin, escritor norte-americano. "Nunca estamos sós, carregamos memórias de muita gente", aponta Paulo Freire, extraordinário pensador e pedagogo brasileiro.

Convivemos em todos os lugares, nas ruas, nas empresas, escolas e repartições públicas com pessoas dos mais díspares perfis e particularidades: sociáveis, laboriosas, sensíveis, infra (ou super) dotadas, agressivas, atrevidas, pragmáticas, psicóticas, competitivas, indolentes, até angelicais. As diversidades culturais se manifestam em todos os espaços de convivência entre pessoas com diferenças e peculiaridades de raça, crença, valores, visão política, costumes. Daí a importância da inclusão social; da extensão e igualdade de direitos; da tolerância; do respeito mútuo. Não nos cabe dizer o que é certo ou errado, melhor ou pior, muito menos impor. Temerário é qualquer juízo, demandando cautela ao se expor posicionamentos (poderão ser preconceituosos, antievangélicos); ao "coar mosquitos", como disse magistralmente Cristo, pois poderemos estar, na verdade, é "engolindo camelos" (Mt 23, 24) Afinal, somente Deus é o Senhor da Verdade!

Muitas dessas posturas originam-se do lar, do berço, sejam de pessoas nascidas e formadas em lares de sólidos vínculos, sejam oriundas de lares desestruturados, de frágeis laços afetivos e éticos.

Achamo-nos assim inseparavelmente conectados uns aos outros - como viajantes na caravana da vida - por esfuziantes paragens, transitórios lares, do passado, presente e futuro. Unidos por eles - por vezes algemas de infortúnios, espasmos e desafios existenciais - a que denominamos circunstâncias; contextos históricos que mudam à nossa revelia, que estranha e prodigiosamente nos conduzem a um destino comum: o da civilidade, o da universalidade.

Somos continuamente chamados a nos redefinir, a nos repensar, a nos reposicionar ante a história, perante nossos contemporâneos e a nova - e séria - realidade ambiental dos nossos dias. Afinal, somos corresponsáveis, seareiros, atores, mordomos da obra do Senhor. Apesar das predações, das violências e dos pecados, tenhamos sempre esperança, façamos a nossa parte. A esperança, bem como a educação, a ética, a estética e a fé - pelas suas dimensões políticas e espirituais -, permitem-nos compreender criticamente a realidade e, dessa forma, transformá-la. São fórmulas de leitura permanente do mundo, de conversão, de ressignificação da história e do futuro.

A esperança, segundo Paulo Freire, é dialógica, acha-se entrelaçada com a aspiração democrática, nutre-se das culturas populares, do diálogo, da partilha. Enxergamos, dessa forma, o "inédito viável" ou seja, o "divisar o novo como possibilidade e realidade. Uma reconquista, quiçá, edênica.

História e eleições

"Voto de Cabresto", "Cacetistas"... Na longa história dos processos eleitorais brasileiros, não faltam termos para explicar personagens e passagens em pleiitos registrados desde o século XVI.

Às vésperas de mais uma eleição, quando cidadãos brasileiros irão às urnas definir entre outros cargos a Presidência da República, o *Sabores & Saberes* publica levantamento completo sobre o assunto. Já adiantamos: impasses e polêmicas nos acompanham desde sempre.

Pág. 04

Do Rio do Peixe ao Rio São Francisco

Com a descoberta de ouro no Sertão de Goiás, surgiu a Picada de Goiás, uma das Estradas Reais mais importantes do Século XVIII. Registrado na História, o trajeto tem cenários importantes no Campo das Vertentes, mais especificamente nos arredores do Rio do Peixe. Segundo Ariosto da Silveira, aliás, a partir dali "é que foram concedidas, em 1737, as primeiras sesmarias" a protagonistas dessa marcha de Leste a Oeste.

Pág. 06



110 anos da Imigração Japonesa: cooperativismo mudou realidades

No início do século XX, cerca de 800 pessoas desembarcaram no Brasil vindas do Japão, país que à época passava por graves crises econômicas.

Por aqui, os chamados *nikkei* deram início a uma importante jornada empreendedora que, em muitos casos, envolveu a organização de diferentes comunidades em cooperativas - sistema tradicional no Oriente.

Pág. 16

ADIVINHAS

- 1- O que é, o que é? Que está sempre no meio da rua e de pernas para o ar?
- 2- O que é, o que é? Tem 5 dedos, mas não tem unha?
- 3- O que é, o que é? Tem pescoço e não tem cabeça, tem braços e não tem mãos, tem corpo e não tem pernas?
- 4- O que é, o que é? Fica cheio de boca para baixo e vazio de boca para cima?

1- A letra 'u'; 2- A luva; 3- A camisa; 4- O chapéu

Provérbios e Adágios

- O lobo pode perder os dentes, porém sua natureza jamais.
- O hábito faz o monge.
- Quem mistura-se com porcos, farelo come.
- Anzol sem isca, peixe não belisca.
- Quem dá uma bala ao filho, adoça a boca do pai (provérbio chinês).

Para refletir

Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.

(Gandhi)

Conhecer não é demonstrar nem explicar, é harmonizar-se à visão.

(S. Exupéry)

Não se detenha em conflitos insolúveis. Siga adiante. Gaste sua energia e seu tempo apenas com os problemas que sejam importantes e possíveis de solucionar. Não sendo assim, é melhor seguir adiante para resolver as coisas que podem ser mudadas.

(Caproni, 1997)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira e Mariane Carla Fonseca.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Leticia Stefany dos Santos Santiago

E-mail: credvertentes@sicoobcredvertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago

AO PÉ DA FOGUEIRA UM ANÚNCIO ESTRANHO

O caminhoneiro, em suas longas rotas País afora, passava por aquelas bandas frequentemente. Rodovia de grande fluxo de veículos que lhe exigia a mais redobrada, vigilante atenção. À beira da movimentada estrada, próximo ao trevo de entrada da cidade, pequenas chácaras, lanchonetes, posto de combustíveis. Uma placa – ou melhor, uma tosca tabuleta – em uma daquelas chácaras, sempre lhe provocara a reflexão. Uma senhora, já idosa, era vista constantemente nas proximidades, onde havia um enigmático anúncio, senão um estapafúrdico enunciado a lhe encasquetar a imaginação, assim redigido:

VENDO ESTE RCO

O que seria, afinal, o que a nossa moradora vendia? Não teve dúvidas. Em uma de suas muitas passagens por ali, a senhora próxima à sebe que cercava a entrada da chácara, desacelera a carreta, dá sinal, estaciona no acostamento, dirigindo-se à simpática proprietária:

-Bom dia. Uma informação, por favor. Que produto é este – RCO – que a senhora vende?

-É esterco, meu filho...



Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



1958 - 2018
60 anos de
falecimento

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

“Morrer, se preciso for. Matar, nunca”
(Marechal Cândido Rondon)

O Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, militar e sertanista brasileiro e patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro, é, sem dúvida, um dos maiores vultos da história pátria em todos os tempos.

Nasceu aos 05-05-1865 em Santo Antonio de Leverger, Mato Grosso, sendo a data de seu nascimento (05/05) declarada Dia Nacional das Comunicações. Era de origem indígena, por parte dos bisavós. Órfão, foi criado em Cuiabá pelo tio Manoel Rodrigues da Silva. Transferindo-se jovem para a Capital do País, ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro em regime interno. Em 1881, alistou-se no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos; e em 1884 na Escola Militar da Praia Vermelha, onde cursaria Matemática e Ciências, tendo como professor Benjamim Constant. Ainda estudante, Rondon teve participação nos movimentos abolicionista e republicano, sendo um dos articuladores da Proclamação da República (1889). Em 1890, forma-se bacharel em Ciências Físicas e Naturais pela Escola Superior de Guerra, onde se tornaria professor de Astronomia, Matemática e Mecânica.

Foi então nomeado para a chefia do Distrito Telegráfico do Mato Grosso e designado para a Comissão de Construção da linha telegráfica que ligaria Mato Grosso a Goiás (1892 a 1898). Dada a preocupação do Governo Republicano com a Região Oeste do Brasil, então isolada dos grandes centros e em áreas de fronteira, Rondon foi incumbido de melhorar as comunicações telegráficas do Centro Oeste, abrindo caminhos, desbravando terras, fazendo mapeamentos de terreno, instalando linhas telefônicas, estabelecendo relações cordiais com os índios (alguns inteiramente selvagens, outros escravos de fazendeiros da região). Falando inúmeras línguas indígenas, Rondon manteve contatos com muitas tribos, entre elas os Bororó, Nhambiquara, Urupá, Jarú, Karipuna, Arikemes, Bocanegra, Pacaás, Macuporé, Guaraya, Macurape etc.

Entre 1900 e 1906, dirigiu a construção de mais uma linha telegráfica entre Cuiabá e Corumbá, alcançando as fronteiras do Paraguai e da Bolívia. Em 1906, encontrou as ruínas do Real Forte Príncipe da Beira, a maior relíquia histórica de Rondônia. Entre 1907 e 1915, no posto de major do Corpo de Engenheiros Militares, realizou a ligação telegráfica entre Cuiabá e Santo Antonio do Madeira, a primeira a alcançar a região amazônica (nessa mesma época, estava sendo construída a ferrovia Madeira-Mamoré com a ocupação integral do atual Estado de Rondônia).

Em 1910, organizou e passou a dirigir o Serviço de Proteção aos



Índios, hoje FUNAI. Entre maio de 1913 e maio de 1914, realizou mais uma expedição na Amazônia, em conjunto com o ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt. Em 1914, construiu mais 372 km de linhas e mais cinco estações telegráficas no atual Estado de Rondônia (antigo território do Guaporé). Entre 1919 e 1924, foi diretor de Engenharia do Exército. Percorreu mais de 100 000 km pelo território pátrio, tendo percorrido todas as nossas fronteiras, desde as Guianas até o Chui. Com o golpe (Revolução de 1930), Rondon foi preso pelos golpistas (getulistas), vindo posteriormente a se reconciliar com o ditador Getúlio Vargas.

Foi, além de tudo, um importante registrador das etnias indígenas no Brasil, trabalho que seria acompanhado posteriormente pelos famosos Irmãos Villas-Boas. Utilizava-se sempre de táticas de aproximação e convivência amistosas com os índios, imortalizado no seu conceito “Morrer, se preciso for. Matar nunca”. O próprio Rondon viria a ser atingido por flechas de índios inamistosos, não revidando e proibindo seus companheiros de fazê-lo. Rondon foi agraciado com dezenas de comendas e condecorações nacionais e internacionais. Seu conceito extrapolava as fronteiras, tendo sido indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 1957. Foi árbitro entre Peru e Colômbia na disputa pelo território de Letícia. A antiga região do Guaporé foi elevada à condição de Território (Lei Ordinária n. 2731/56 de 17/02/1956) e depois de Estado (Lei Complementar n. 41/81 de 22/12/1981) com o nome de Rondônia em homenagem ao seu desbravador, Marechal Rondon.

O Marechal Cândido Rondon casou aos 01-02-1892 com D^a Francisca Xavier, com quem teve sete filhos. Era ele membro da Igreja Positivista. Faleceu no Rio de Janeiro aos 19-01-1958, sendo sepultado no Cemitério São João Batista.

AS ELEIÇÕES ANTIGAMENTE



A primeira experiência com voto (conquanto ato político) de que se tem notícia no Brasil ocorreu em 1532, quando da eleição para a Câmara Municipal de São Vicente. Até 1821, o voto se dava apenas no âmbito municipal; não havia partidos políticos e somente homens livres, ainda que analfabetos, poderiam participar. Um processo eleitoral viciado, marcado por fraudes.

PROCESSO ELEITORAL NO IMPÉRIO - Na fase imperial, tornou-se possível eleger deputados e senadores das Câmaras do Império. O voto era censitário; ou seja, apenas pequena parcela da população tinha direito ou acesso ao sufrágio. Segundo a Constituição Imperial, a estrutura político-administrativa do País dividia-se em 3 níveis – municípios, províncias e governo central – sendo as eleições realizadas indiretamente para postos na Câmara dos Deputados, Senado e Assembleias Provinciais; e diretamente para as câmaras municipais e juizes de paz. Tratava-se de curioso processo: as eleições ocorriam em duas etapas. Na 1ª, os votantes – termo que designava os cidadãos que votavam nas eleições de 1º grau – escolhiam os eleitores compromissários. Na 2ª etapa, aqueles que tivessem sido escolhidos pelos eleitores, ou seja os compromissários, elegiam os deputados e senadores (estes, na prática, eram nomeados pelo Imperador). Para ser votante, era necessário que o cidadão tivesse uma renda mínima de 100 mil réis anuais. Já para ser eleitor, teria que ter renda anual mínima de 200 mil réis. Para ser deputado ou senador, a renda anual mínima era, respectivamente, de 400 e 800 mil réis.

VOTO DIRETO E SECRETO E SUA “VENDA” - Em 1881, através da Lei Saraiva, a legislação foi simplificada, introduzindo-se o voto direto, ainda assim censitário, o que permitia que apenas 1,5% da população brasileira de então tivesse capacidade eleitoral. A imposição do voto secreto faria surgir em grande número de eleitores um processo de venalidade e desonestidade moral própria, sem precedentes e crescentes a cada eleição. Uma tragédia cívica. Passariam a “assumir compromissos” com vários candidatos em troca de benesses de cunho material (material de construção, ajuda em dinheiro, medicamentos, emprego público etc.) como também a recepção de gêneros alimentícios, as famosas “cestas básicas”, mantendo a dependência, o servilismo e o cabrestamento de vários patriícios. Um balcão “comercial” onde até o voto está à venda.

É a mesma mentalidade do chefe político que falsamente se diz “defensor dos humildes”, agindo e utilizando-os como massa eleitoral – na verdade “resto” – para fins de poder demagógico. Longe estamos, em termos políticos, da racionalidade, da conscientização, tornando-nos secularmente um povo sugado, maltratado, espoliado.

As mesas eleitorais com as respectivas urnas, em especial no período colonial e mesmo imperial, eram instaladas dentro das igrejas matrizes ou capelas e cuja apuração – e atas eleitorais – eram geralmente forjadas. Roubar o resultado das eleições e daí o Estado era parte integrante da vida política brasileira, o que chegou, quase incólume, até os nossos dias. Algo lamentavelmente típico de nossa cultura extrativista, predatória, patrimonialista, antipatriótica.

Eram utilizadas cédulas de papel e a apuração levava vários dias, prazo para a consecução de muitas fraudes e farsas. A base das campanhas eram os comícios, realizados geralmente à noite. Nas cidades que tinham feiras públicas, poderiam ser feitos durante o dia. Os oradores costumavam discursar gritando, às vezes histericamente, porque os equipamentos sonoros, caso existissem, eram precários. Nessas oportunidades, não faltava um bêbado para causar constrangimentos aos inflamados oradores ou candidatos.

O palanque era montado sobre um velho caminhão, colocado em lugar estratégico para passar a ideia de que havia muita gente no evento. Polícia

e demais autoridades tendiam, pelo menos na aparência, a apoiar os candidatos ligados ao governo ou ao coronel “dono” daqueles grotões. Político de oposição “comia o pão que o diabo amassou”: a energia da cidade era desligada propositalmente para que não realizasse eventos. Isso quando não havia a ameaça concreta promovida por jagunços a soldo dos situacionistas.

O DIA DA ELEIÇÃO ERA ESPECIAL - Todos vestidos com a melhor roupa, deslocando-se os eleitores, garbosamente, para cumprir seu dever cívico. Teria antes que enfrentar um exército de cabos eleitorais que se postavam estrategicamente em torno dos locais de votação para cabalar votos. Havia fidelidade e mesmo fanatismo aos partidos existentes. Pela manhã começavam a chegar os caminhões da Zona Rural, lotados de eleitores. O veículo ia direto para a casa do candidato (ou do chefe político). Ali se montava o “curral eleitoral”, onde o eleitor tinha comida, bebida ao longo do dia. Só saía de lá para votar com a cola no bolso, sob a supervisão implacável de alguém de confiança do candidato.

O processo de apuração era manual. Demoravam-se vários dias para que os sufrágios fossem contados. Entre uma parcial e outra, os votos migravam de candidatos. Os escrutinadores combinavam entre si e garfavam facilmente os sufrágios que desejavam. Havia casos em que todos os votos de determinado distrito eram direcionados ilícitamente para um candidato. Era uma verdadeira guerra e por vezes uma gigantesca farsa!

REPÚBLICA - A República não alteraria esse quadro. Prudente de Moraes, o 1º presidente eleito diretamente, chegou ao poder com 270 mil votos, o que representava 2% da população brasileira da época. O voto feminino viria apenas em 1932, sendo exercido em 1935. Em função da Ditadura de Vargas, as mulheres e os brasileiros em geral só voltariam a votar em 1946. A Ditadura de Vargas, encerrada em 1945 e a dos militares (1964-1985) privariam o eleitorado brasileiro do voto para presidente por dez vezes. Em 129 anos de República e com 35 presidentes, somente 16 se elegeram pelo voto direto.

A 1ª República (1889-1930) foi marcada por conchavos e ações escusas sempre com o objetivo de manutenção do poder nas mãos de uma elite econômica endinheirada, bem articulada e retrógrada. Tornar-se-iam célebres, assim, as políticas do “café com leite” e dos “governadores”. Nelas vigorou a fraude eleitoral, sob a ação de coronéis e oligarcas (grandes latifundiários e industriais) que mantinham, a todo custo, seus interesses; mexendo a bel prazer as peças do tabuleiro político e administrativo do País. Qualquer semelhança com o que vivemos hoje, não é mera coincidência...

Somente após o ciclo varguista (1930-1945) é que se conseguiria alguma credibilidade, ainda que mínima. O êxodo rural e a industrialização na década de 1950 fariam com que o eixo econômico mudasse do campo para as cidades, perdendo os coronéis interioranos, gradativamente, seu poder de mando, conquanto os

eleitores, em sua maioria oriundos de famílias pobres, migravam para os grandes centros.

A partir de 1988, o voto foi estendido facultativamente aos analfabetos, soldados e marinheiros; aos que tinham idade entre 16 e 17 ou mais de 70 anos. Estão proibidos de votar os estrangeiros e os que prestam serviço militar obrigatório. Desde 2006, as eleições são realizadas com urnas eletrônicas.

O PROCESSO ELEITORAL - O termo “santinho”, que caracterizava a propaganda do candidato, se deve ao fato de que as campanhas eram feitas ao redor das paróquias. Muitos candidatos, explorando a religiosidade dos moradores, carimbavam o nome atrás dos “santinhos”, entregando-os e distribuindo-os aos eleitores. Assim, “santinho” se tornou, popularmente, todo e qualquer panfleto de candidato contendo sua imagem, pequena biografia, número e propostas de governo.

GLOSSÁRIO

•“Cabalista” – era assim denominado aquele que promovia as fraudes eleitorais no tempo do Império, em especial no conturbado reinado de D. Pedro I. Incluía ou retirava nomes de eleitores das listas de votação, falsificavam boletins eleitorais etc.

•“Cacetistas” – grupos armados de cacetes ou outros instrumentos de ataque, criados pelo Partido Liberal na década de 1840, para intimidar, dissolver à força manifestações de adversários, confiscar listas de eleitores etc.

•“Campanha Civilista” – refere-se à campanha de Rui Barbosa, um civil (daí o nome “civilista”) à presidência da República em 1910 contra um militar, o Marechal Hermes da Fonseca, apoiado este pelo então presidente Nilo Peçanha. Rui Barbosa, embora baiano, era o candidato indicado e apoiado pelos paulistas, enquanto Minas Gerais optara por apoiar o Marechal Hermes, rompendo-se o acordo existente até então, a chamada “República do Café com Leite” entre os dois Estados na alternância da presidência da República. Rui Barbosa realizou uma campanha influente, inovadora, de cunho popular, através de comícios e passeatas por todo o País, algo inédito em nosso meio, personificando um novo modelo político para a Nação. Denominada de “Campanha Civilista”, a candidatura de Rui Barbosa empolgou a opinião pública, perdendo ele, contudo, as eleições – vencidas por Hermes – com sérias suspeitas de fraude. A “Campanha Civilista” teve grande repercussão em nossa região, especialmente em cidades como São João del-Rei, Oliveira, Resende Costa, Bom Sucesso conforme matérias em jornais da época e estudos de historiadores.

•“Capoeiras” – eram homens, geralmente lutadores de capoeira, contritados nas campanhas eleitorais para afugentar (ainda que pela violência) os eleitores adversários. A capoeira viria a ser proibida e considerada ilegal quando da promulgação do Código Civil da República em 1890. Somente em 1932 retomaria a capoeira a condição de legalidade. Não custa lembrar que a República, de inspiração positivista, oriunda de um esdrúxulo golpe de Estado, se meteu a perseguir grupos e credos religiosos (como os de raiz africana, o espiritismo) e ainda manifestações genuinamente populares como a capoeira.

•“Cristianização” – nome que se dá à traição de um partido político ao seu próprio candidato. É uma referência ao político Cristiano Machado. Nas eleições de 1950, o PSD fez uma manobra para garantir a eleição do caudilho Getúlio Vargas (que fora ditador entre 1930 e 1945). Para tal, decidiu dividir os votos da oposição, que teve vários candidatos, dentre eles o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado, do próprio PSD. Getúlio Vargas sairia assim vencedor. O fato se repetiria em 1990, quando o PMDB, embora tendo Ulisses Guimarães (presidente do partido) como

O eleitor, ao adentrar o local da votação ou até mesmo antes, recebia a cédula do chefe político, dali dirigindo-se à mesa, onde lhe era entregue uma sobrecarta vazia, a que depositava a cédula eleitoral, colocando-a incontinenti na urna sob o olhar austero e vigilante do chefe político ou de seus esbirros.

As eleições eram a bico de pena, sob o domínio de coronéis que controlavam com mão de ferro os moradores de seus feudos e currais. Daí ter surgido a expressão “voto de cabresto”. Sendo em cédulas de papel, muitos eleitores – principalmente nos grandes centros – externavam sua insatisfação com os políticos, escrevendo frases ofensivas, pornográficas ou mesmo votando em “candidatos” diferentes. Assim em 1958, o rinoceronte Cacareco foi o vereador com maior número de votos para a Câmara Municipal da cidade de São Paulo; e em 1958, o Macaco Tião foi o 3º vereador mais votado na cidade do Rio de Janeiro.

candidato à presidência da República, não o apoiou na prática.

•“Fósforo” – nome dado ao eleitor que votava por outro, muitas vezes com a cumplicidade de membros das mesas de votação

•“Nanicos” – partidos ou candidatos que recebem poucos votos e com baixa representatividade eleitoral.

•“República do Café com Leite” – vigorou até 1930. O cargo de presidente da República era dividido entre São Paulo (produtor de café) e Minas Gerais (produtor de leite), alternando-se os dois Estados no poder maior do País. O pacto, que sofrera arranhões quando da eleição de 1910 (ver o tópico “Campanha Civilista”), se quebraria de vez em 1930, quando era presidente da República o paulista Washington Luis, devendo ser sucedido por um mineiro. Os paulistas lançaram Júlio Prestes e Minas Gerais, contrariada, resolve apoiar o gaúcho Getúlio Vargas, que perde as eleições. Inconformados, os derrotados – em especial mineiros e gaúchos – invocando fraudes e outros tantos motivos, promovem a “Revolução de 1930”, na verdade um golpe de Estado – como tantos outros que compõem a nossa história – e Vargas, pelas armas, assume o poder, dele somente se afastando em 1945. (Sobre a “Revolução de 1930” ver matéria em nosso boletim nº LXXXIV - setembro/2014).

•“Voto censitário”, comum no Império e mesmo na primeira República – só podiam votar homens com mais de 25 anos de idade e com renda mínima determinada, sendo, pois, excluídos da vida política quem estivesse abaixo da idade limite, as mulheres, os assalariados em geral, soldados, índios e evidentemente, no período da escravidão, os cativos.

•“Voto de cabresto” (também conhecido como “voto corrente”) – tipo de fraude muito comum à época das eleições com cédulas de papel, o que vigorou até 1994. Uma das formas de garantir o “Voto de Cabresto” era a artimanha do voto encadeado, fraude eleitoral inventada na Tasmânia (Austrália). O cabo eleitoral trazia seu grupo de eleitores até o lugar da votação. O 1º eleitor entrava no local da votação e, em vez de depositar o voto na urna, saía com a cédula em branco (ou então o candidato entregava uma cédula falsa com o voto marcado pra ele. O eleitor seguia para a votação e depositava a cédula falsa na urna e trazia a verdadeira em branco) Essa era preenchida/marcada pelo candidato ou cabo eleitoral e entregue a outro eleitor que a depositava na urna e trazia para fora outra cédula em branco para o próximo eleitor que fazia o mesmo e assim por diante. O pagamento pelo voto subornado (“comprado”) era feito em dinheiro ou favores, como promessas de emprego público ou qualquer outra benesse, evidenciando o total controle dos coronéis e chefes políticos sobre o número de eleitores (votos obtidos).

ELEIÇÕES EM SÃO TIAGO

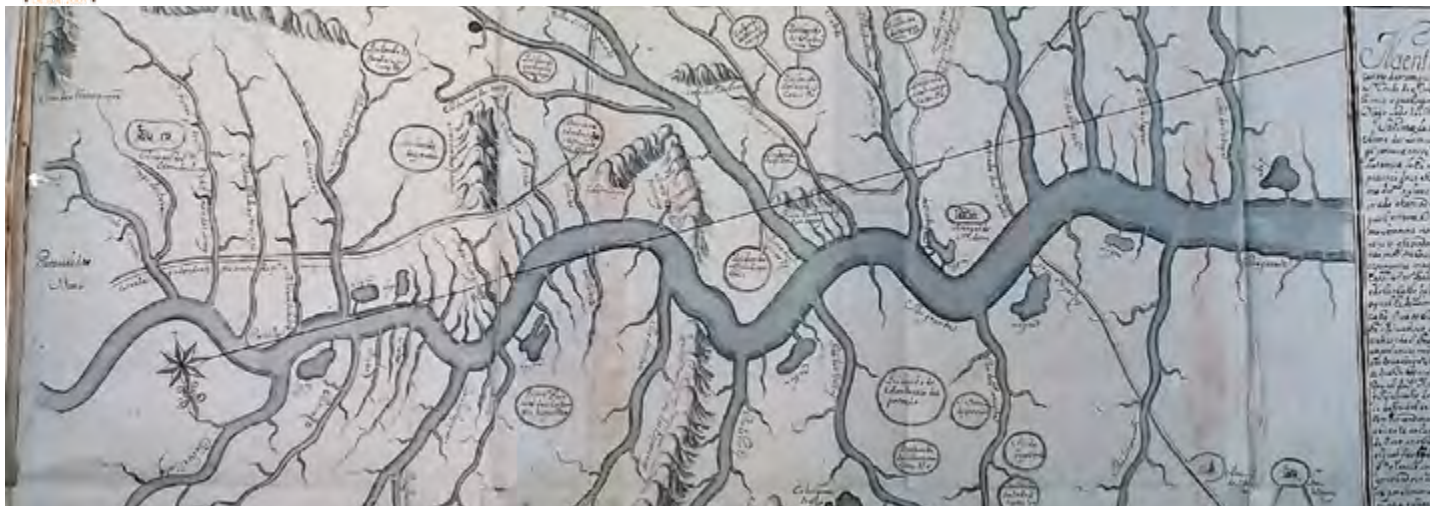
São Tiago foi palco, no passado, de inúmeras contendas políticas, em especial em finais do século XIX e mesmo ao longo do século XX. Artimanhas, trapaças e ainda violência foram perpetradas, sempre no intuito de “mandonismo” e perpetuação do poder. Localidade isolada, economicamente estagnada, ambiente social acanhado, onde predominavam frivolidade, ambiguidade, maledicências. É o que retrata João Lúcio Brandão (1875-1948) em seu romance “Pontes & Cia”, supostamente ambientado em São Tiago, no final do século XIX, focalizando a briga política entre os grupos “jagunços” e “canjerês”.

São dessa época algumas expressões ligadas à política, como “por a capim” (impedir, por qualquer meio, que o eleitor duvidoso, dissimulado e ainda o adversário comparecessem para votar ou fosse cooptado pelo grupo adversário. Assim, no dia da eleição, eram escaladas

“patrulhas”, ao longo das estradas de acesso ao arraial, para cercar e dispersar os eleitores adversários ainda em trânsito para o local de votação).

Em contraposição, havia a expressão “abrir a pala”. Ou seja, fugir, sair ou mover-se furtivamente, despistar, tática utilizada pelo eleitor para escapar ao assédio ou à abordagem indevida de grupos adversários.

Após a queda do “Estado Novo” (Ditadura Getulista), os grupos políticos se arregimentariam – e se digladiariam – entre o PSD e a UDN, os dois principais partidos políticos surgidos pós-1945 e que seriam suprimidos pelos militares em 1964. O PSD, entre nós, seria coordenado pelo Dr. Henrique Pereira, e posteriormente Vicente José Mendes, enquanto a UDN contava com a participação de várias famílias, dentre elas Mata, Freitas e outras. Muitas histórias.



Do Rio do PEIXE para o SÃO FRANCISCO – a marcha da civilização do Leste para o Oeste no “SERTÃO DO CAMPO GRANDE”

Os autores são praticamente unânimes em afirmar que a marcha e a saga da civilização, entre o início e meados do século XVIII, rumo ao Centro-Oeste, no chamado “Sertão do Campo Grande”, teria/tem sua base de expansão a partir do Rio do Peixe, em nosso meio. Com a abertura do “Caminho Novo de Goiás” ou da “Picada de Goiás”, concomitante à concessão de sesmarias (década de 1730), o imenso território viu-se gradualmente palmilhado e povoado - inóspito cenário de exploração mineral e agropastoril, intenso itinerário por onde atravessavam caravanas, bandeiras, expedições militares, tropas, boiadas, negociantes, mineradores, viajantes de toda ordem⁽¹⁾. Com a fase mineradora, aventureiros passaram a desafiar a densidade das matas, adentrando as chamadas áreas proibidas, acessando-as, rompendo-as por rios, caudais, veredas, carrascais e enfrentando perigos incalculáveis, dentre eles índios indômitos, tendo como ponto de partida e suporte logístico e instrumental o Rio do Peixe.

Observemos o que apontam alguns historiadores:

- “O pouso seguinte na rota da Picada de Goiás, após cruzar o Rio do Peixe, afluente da margem direita do Rio das Mortes, é a atual cidade de São Tiago. (...) A partir do Rio do Peixe é que foram concedidas, em 1737, as primeiras sesmarias aos abridores da Picada”. (Ariosto da Silveira – *Ao Longo da Trilha – Lembranças da Infância de Minas*, Belo Horizonte, Ed. autor, 2004, pp. 92/94).

- “O roteiro da Picada de Goiás (1736) teve seus trabalhos de abertura iniciados em Santa Rita do Rio Abaixo (atual Ritópolis), local situado entre o Rio das Mortes e o Rio do Peixe. Ela adentrava pela comarca do Rio das Mortes, criada em 1714, e passava pela comarca do Rio das Velhas, também criada em 1714. Foi a partir do ponto de abertura que a distribuição de sesmarias foi iniciada, sendo a primeira assinada em 29 de março de 1737 no nome de Roque de Souza. A concessão foi do Rio do Peixe chegando ao Riacho da Barra”. (Ana Maria Nogueira Rezende – *Fluxos globais no século XVIII: a produção do modus vivendi e operandi no entorno da Estrada Real Picada de Goiás* Belo Horizonte, UFMG, 2017, p. 79).

- “...o Dr. Leopoldo Correia confirma que a primeira sesmaria de Francisco Rodrigues Gondim fora concedida a 30 de março de 1737, denominando-se Pouso Alegre, no Mandassaia, em Oliveira. Outras, em nome de Roque de Sousa, Manoel Alves Gondim e Manoel Martins da Barra, denominadas Almas, Bom Sucesso e Mandassaia, situavam-se respectivamente em Riacho do Barro, Rio do Peixe (divisas de São João Del-Rei com São Tiago –sic), Rio das Mortes, adiante do Ribeirão das Areias e do Ribeirão do Mandassaia, em Oliveira”. (Tarcísio José Martins – *Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao povo*, p. 430)⁽²⁾.

De acordo com o historiador Tarcísio José Martins, em toda a região da “paragem do Rio do Peixe para a do São Francisco – ou seja, do Leste para Oeste – ocorreria entre 1737 e 1752 a atuação ostensiva de quilombolas. E “somente em 1744 a Vila de São José del-Rei, conquistando o arraial do Tamanduá, levou até ali a fronteira da Comarca do Rio das Mortes e de Minas Gerais” (*Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao povo*, p. 502-503). O mencionado autor opina que “o nome Campo Grande, dado à Confe-

deração de Quilombos, foi-se deslocando de Leste para Oeste na medida em que também se deslocavam os quilombos, restando provado documentalmente que ‘Campo Grande’ em 1746 abrangia apenas a região que vai do Rio do Peixe ao Piumhi, não ultrapassando o São Francisco, não chegando, pois, aos Goiases, onde ficava o Ambrósio de Ibiá”. (*Wikipedia*).

No combate aos quilombolas na região do “Sertão do Campo Grande” foram organizadas, ao longo do tempo, inúmeras incursões – em especial a partir da Vila de São João del-Rei e adjacências. Os comandantes dessas expedições eram, via de regra, aquinhoados com regalias e prêmios (dentre tantos a concessão de sesmarias). Eis o que aconteceu com os comandantes da expedição de 1746, dentre eles o Cap. Antonio João de Oliveira, Manuel de Souza Portugal, Manoel Ribeiro de Souza⁽³⁾: “...as sesmarias concedidas aos atacantes do Quilombo do Ambrósio de 1746 se localizavam entre o Rio do Peixe e o Piumhi, região onde ficava o Campo Grande, situado entre a Capitania de Minas Gerais e a comarca paulista de Goiás”. (Tarcísio José Martins – *Quilombo do Ambrósio 1746*, p. 19. *Sobre o assunto, ver matéria em nosso boletim n. CXIX, de agosto de 2017*).

Segundo o historiador José Gomide Borges, “na paragem do Campo Grande, picada que ia para Goiás, se achavam campos devolutos não povoados por causa dos negros fugidos (...), de forma que a nossa região teve seu desenvolvimento embaraçado entre 1736 e 1752 em virtude desta rebelião”. (*O sertão de Nossa Senhora das Candeias da Picada de Goiás*, p. 41).

“O Caminho Novo para Goiás marca não só o povoamento e a comunicação com a área, mas a desapropriação das terras onde viviam os índios, principalmente os caiapós. Roque de Sousa foi um dos beneficiados com terras no caminho novo, concedidas pelo governador Martinho de Mendonça. Ele “descobriu” um sítio que, com suas posses, povoara e cultivara. O sítio Riacho Novo inicia-se no riacho do Barro – onde se pôs a cruz das ditas Almas – vai do rio do Peixe para o São Francisco, na comarca do Rio das Mortes. A terra concedida não poderia ultrapassar as 3 léguas em quadra e o suplicante deveria, como os demais que recebiam sesmarias, povoar e cultivar no prazo de dois anos”. (Núbia Braga Ribeiro – *Os povos indígenas e os sertões das Minas do Ouro no século XVIII*, São Paulo, USP, 2008, p. 110-111)⁽³⁾.

Prosegue a autora citada enumerando outros sesmeiros de nossa região tendo à época, como eixo geográfico-territorial, o Rio do Peixe: “o ano de 1736 foi marcado por intensos motins no sertão do São Francisco. Concomitantemente, parece também marcar o aumento dos conflitos por terras indígenas na região. Os favorecidos que lançaram suas posses no Caminho Novo dos Goyases receberam carta de sesmarias, como Manuel Álvares Gondim com um sítio chamado Bom Sucesso, que cultivava com suas despesas. O sítio principia no Rio das Mortes até onde terminava a sesmaria de Roque de Sousa e possui três léguas. Já Manoel Martins da Barra ficou com o sítio chamado Mandasaya, “descoberto”, povoado e cultivado por ele. Havia três léguas em quadra, iniciando no Ribeirão dos Enjeitados, onde termina a sesmaria de Manoel Álvares Gondim, e findando no Ribeirão da Mandasaya, indo para o Rio São Francisco (...). Também no caminho novo dos Goyases estão os beneficiários Francisco Roiz Gondim, o capitão Antonio de Brito Vandreges e Caietano

da Sylva. Os suplicantes de sesmarias, a partir da década de 1730, tinham um ano de prazo para a demarcação de limites judicialmente e dois anos para povoá-las e cultivá-las. No entanto, observa-se que todas já estavam sob a posse de alguém e já possuíam benfeitorias” (Núbia Braga Ribeiro - op. cit. p.111)⁽⁴⁾. Permitimo-nos relembrar que a sesmaria de Roque de Sousa, concedida pelo governador da Capitania em 29 de março de 1737, situava-se no hoje município de São Tiago, área adjacente à atual sede do município, sita à margem direita do Rio do Peixe, em divisas e confrontações com o atual município de Ritópolis.

Fato assaz curioso: os suplicantes sempre e invariavelmente argumentavam que dispunham de seus próprios recursos, assumindo grandes despesas e riscos como povoadores. E que a terra tinha sido por eles “descoberta”, autointitulando-se assim seus “descobridores”. Os sesmeiros, como vassallos da Coroa, na forma legal, deveriam cumprir, indubitavelmente, a importante função de povoar, defender os moradores, representar e servir ao sistema colonial.

A agricultura ganharia destaque no cenário econômico das Minas, após a crise da mineração, com a retração geral da atividade mineradora. Estudos recentes, de cunho revisionista, como os de Douglas Libby, Alcir Lenharo, Afonso de Alencastro Graça Filho, mostram que mesmo em meio à descoberta do ouro as atividades agropastoris estiveram presentes, ainda que de forma menos expressiva ou menos perceptível. Assim, a atividade agropastoril, aí incluídas criações, manufaturas e mineração conviveram concomitantemente.

Inúmeras outras sesmarias⁽⁶⁾ foram concedidas, tendo o Rio do Peixe como referência e marco colonizador. Acompanhem, um pouco mais, a pesquisadora Núbia Braga Ribeiro.: “Jacome Roiz Neves lançou suas posses no Caminho Novo dos Goyases num sítio por ele descoberto chamado Santa Anna, que principiava no Ribeirão do Mandasaya, indo para o Rio do Peixe da comarca do Rio das Mortes, terminando no Riacho do Cavallo, para a parte do rio São Francisco, área que compreende três léguas. João de Faria e Magalhaens possui um sítio no mesmo caminho, de três léguas, principiando no Rio do Peixe para o São Francisco, onde acabava a sesmaria de Jacome Roiz Neves e onde principiava a terra de Francisco Rodrigues Gondim”⁽⁷⁾. Outras sesmarias, no mês de abril de 1737, foram concedidas no Caminho Novo dos Goyases a Joseph Álvares de Mira, possuidor de terras, que confrontavam com parte do Rio do Peixe e com a sesmaria de Francisco Roiz Gondim: a André Rodrigues Elvas; a Caetano Álvares Rodrigues e a José Caetano Roiz de Horta”⁽⁸⁾.

“As sesmarias doadas em Minas entre 1749 e 1761 nos mais diferentes lugares, situavam-se próximas ou confrontando com rios abundantes de riquezas minerais como os rios do Peixe, das Velhas, Guarapiranga, das Mortes e outros, além dos muitos córregos e ribeirões citados, cortando as sesmarias ou no entorno delas, para serem explorados, repletos de fortunas naturais” (Núbia Braga Ribeiro, op. cit. p. 123).

A implantação de sesmarias, em inícios do século XVIII, na Picada de Goiás, tendo como ponto de partida o Rio do Peixe, consubstanciaria a ocupação progressiva do chamado “Sertão do Campo Grande”, ainda que à custa de ingentes esforços, dadas as peculiaridades geotopográficas e as incessantes lutas processadas contra indígenas inamistosos, quilombolas e foragidos da lei. Um assunto envolvente a merecer, sem dúvida, o interesse de nossos pesquisadores, autoridades, educadores e amantes da história regional.

NOTAS

(1) Em 3 de julho de 1736, o governador da Capitania de Minas, Gomes Freire de Andrade, profere despacho com o edital para “abrir caminho para os Goyases” (ATT-Arquivo do Tombo da Torre Livro 6, n. 121, fls. 115).

Segundo o conceituado historiador Tarcísio José Martins, “O Caminho de Goiás, ou seja, a Picada de Goiás foi oficialmente reaberto em 1736-1737. O Quilombo do Campo Grande, atravessado pela Picada de Goiás, deve ser dividido em duas partes: 1ª) até 1746, quando os limites da Comarca de São João del-Rei chegavam oficialmente até a capela da Lage, hoje Resende Costa-MG. Daí para frente, como confirmou o próprio Inácio Correia Pamplona (APM SC 229, fls. 5 a 7v, de 19/02/1781), tudo era Campo Grande e Picada dos Goyases, nome que os nossos entrantes foram levando até o Piuhi, hoje Pium-MG: 2ª). Daí para frente, após 1750-1759 é que a expressão Campo Grande, sempre atravessado pela Picada de Goiás, foi estendida para dar nome geral também à margem esquerda do São Francisco, adentrando o Triângulo Goiano, hoje Mineiro” (Wikipedia).

“O Oeste de Minas era conhecido no período como Campo Grande, sertão do Bambuí ou Picada de Goiás. O Campo Grande pertencia à comarca do Rio das Mortes e, em parte, à Comarca de Sabará” (Núbia Braga Ribeiro – op. cit. p. 137).

(2) Sobre a obra do Dr. Leopoldo Correia, há uma nota no rodapé do livro mencionado (“Quilombo do Campo Grande”) de n. 1184 – “Achegas à História do Oeste de Minas e Municípios vizinhos”, p. 20)

Segundo o historiador Tarcísio José Martins “...a Confederação Quilombola do Campo Grande em 1736, já incluía os Goyases. Porém, nem em 1746 e nem em 1763 poder-se-ia confundir Ibiá, que ficava em Goiás, com um quilombo que se localizasse entre a dita Comarca (Rio das Mortes) e a de Goiás. O domínio quilombola (...) ocorreu no período de 1737 a 1752 em toda a paragem do Rio do Peixe para o de São Francisco. Ou seja, de Leste para Oeste. Tendo fugido de lá em 1737, esse sesmeiro (Francisco Rodrigues Gondim) e seus familiares só voltaram para a região do Rio do Peixe até a região de Formiga em 1752. Somente em 1744, foi que a vila de São João del-Rei, conquistando o arraial de Tamandua, levou até ali a fronteira da comarca do Rio das Mortes e a de Minas Gerais” (“Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao povo” Contagem, Ed. Santa Clara, 2008, p. 502).

O mencionado autor (Martins) explicita em nota de rodapé, sob o n. 1420, na mesma página 502: “Este Rio do Peixe fica na divisa dos atuais municípios de São Tiago (Oeste) e Ritópolis (Leste). Permitimo-nos lembrar, uma vez mais, que Francisco Rodrigues Gondim (1718-1763) foi um dos primeiros sesmeiros da “Picada de Goiás”, tendo sido aquinhado com glebas no local “Mandassaia”, hoje no município de Oliveira, tendo que retroagir, juntamente com familiares, para a paragem de São Tiago, conforme o relato do Prof. Tarcísio Martins, ante as incursões de quilombolas.

(3) Os sesmeiros, na condição de concessionários de glebas de terras, deveriam acatar/observar várias normas e cláusulas: não poderiam causar prejuízos aos moradores vizinhos; precisavam liberar a margem do rio navegável, bem como caminhos e serventias públicas, que deveriam obrigatoriamente estar livres para uso comum. Além disso, os vizinhos deveriam ser notificados da demarcação e da concessão da respectiva sesmaria ao suplicante; recolher os dízimos e tributos seculares (legais), ainda que fossem religiosos. Era-lhes ainda vedado impedir a repartição dos descobrimentos de terras minerais. Com o tempo, a posse, como forma de ocupação, se consolidou como um direito consuetudinário. Os beneficiários eram obrigados ainda a requerer ao rei, pelo seu Conselho Ultramarino, a confirmação da sesmaria, no prazo de quatro anos.

(4) Sesmarias de Roque de Sousa, Manoel Álvares Gondim e Manoel Martins da Barra – RAPM 1898; ano III, 29 de março de 1737; p. 796-800. Sobre a sesmaria de Roque de Sousa e outros sesmeiros da “Paragem do Rio do Peixe” (denominação do atual município de São Tiago), ver matérias em nosso boletim nº CV, de junho de 2016; e nº CXV, de abril de 2017. Outra referência em: Sesmarias de Francisco Roiz Gondim, Capitão Antonio de Brito Vandresles, Caietano da Silva – RAPM; ano III, 30 de março de 1737; p. 797-798; 803-804; 808-810; 855-856.

(5) Manoel Ribeiro de Souza, um dos comandantes que atacaram o Quilombo do Ambrósio em 1746, foi contemplado com a concessão de sesmaria em terras do atual município de São Tiago (Revista APM, v. 14, ano 1909, p. 70-76) “A (sesmaria) de Manoel Ribeiro de Souza ficava na “paragem do Campo Grande” e vizinha da picada que vai para Goiás, termo da vila de São José Del-Rei, comarca do Rio das Mortes, entre as sesmarias concedidas a Roque de Souza e Manoel Miz. Gomes” (Tarcísio José Martins – Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao povo” pp. 503/504).

A sesmaria de Roque de Souza, a primeira concedida em 1737 pelo governo colonial, como sabemos, ficava em terras do hoje município de São Tiago, divisas com Ritópolis.

(6) O sistema de sesmarias vem desde 1375, quando foi regulamentado pelas Ordenações Manoelinas e mantido pelas Ordenações Afonsinas, regime que se manteria até 17/07/1822, quando foi revogado por decreto pelo Imperador D. Pedro I.

A palavra “sesmaria” tem etimologia controversa. Para alguns, vem do latim “caesim” (no sentido de golpear, rasgar a terra; Ou seja: a terra lavrada ou fendida pelo arado). Outros afirmam que vem de “sesma”, uma antiga medida de divisão de terra. Na Idade Média portuguesa, a área distribuída em cada distrito ou município era repartida em seis lotes. Durante seis dias da semana, excetuando-se o domingo, atuavam seis sesmeiros (assim eram chamados os funcionários distritais que superintendiam os sesmos), cada um no dia e no sesmo que lhe competia. Sesmeiro era, pois, o nome dado ao membro ou funcionário que repartia as terras dos sesmos, no decurso dos seis dias da semana. Já no Brasil, o termo “sesmeiro” passou a designar quem recebia a terra (recipiendário).

(7) RAPM 1898, ano III, Vila Rica, 3 de abril de 1737, pp. 801-804.

(8) RAPM 1898, ano III, 1º e 2 de abril de 1737, pp. 804-805, pp. 807-808, pp. 808-810; pp. 811-812; pp. 310-312.

IMAGEM SETECENTISTA DOS SERTÕES

A principal imagem que se tinha do sertão e suas vastas faixas era a de áreas rebeldes, incultas, infestadas de gentios e negros fugidos, repletas de perigos e armadilhas para a colonização e que necessitavam, por conseguinte, ser controladas. Os limites eram arbitrados pelo relevo, pelas serras, rios, enfim pelos marcos naturais. A linha divisória era, contudo, margeada pelos povos indígenas, resistentes ao contato com o homem branco e sua civilização. Em síntese, sertão significava ausência de civilidade, o oposto da urbanidade.

Sertões e fronteiras no período colonial envolviam limites espaciais maleáveis, fluidos e que se evadiam imprecisos na esteira de expedições que, através de rios caudalosos, densas matas, íngremes serras, buscavam riquezas e/ou combatiam réprobos à Coroa (índios bravios, quilombolas). Sertões, pois, simbolizavam terras inhóspitas, desertas, rústicas, próprias do estilo de vida de seus habitantes, os índios costumeiramente nômades. De limites cartográficos imprecisos, tais espaços para os colonizadores eram indefinidos, por vezes imaginários, fantásticos, onde coexistiam múltiplas relações sociais, étnicas, interesses econômicos de enriquecimento e de poder decorrentes do eventual acúmulo de bens (terras e riquezas minerais). Recairia sobre o indígena, (des)qualificado como selvagem, todo o peso opressor do poder colonial, através de guerras de extermínio e expropriação levadas às últimas instâncias.

Os sertões eram, pois, regiões em processos de conquista e aculturação, espaços de conflitos e disputas onde eram comuns as violências, assaltos, mortes, seja resistência dos índios ferozes à presença do colonizador, mas igualmente pelas rivalidades pela posse da terra e de recursos naturais, como o ouro, prata e pedras preciosas. Locais, porém, onde se propiciava a sobrevivência física e cultural e que geravam condições de sucesso nos empreendimentos produtivo-comerciais e em projetos de civilização.

A ocupação das Minas fez-se por fases. Entradas e bandeiras devassaram, no primeiro momento, o território em busca de riquezas minerais. Com o achamento de ouro e daí os enormes afluxos de pessoas e aberturas de picadas, surgiram os primeiros arraiais, vilas, a criação de gado, a produção agropastoril, o transporte de mercadorias. A urbanização das Minas se deu por meio da atividade

de mineradora⁽¹⁾.

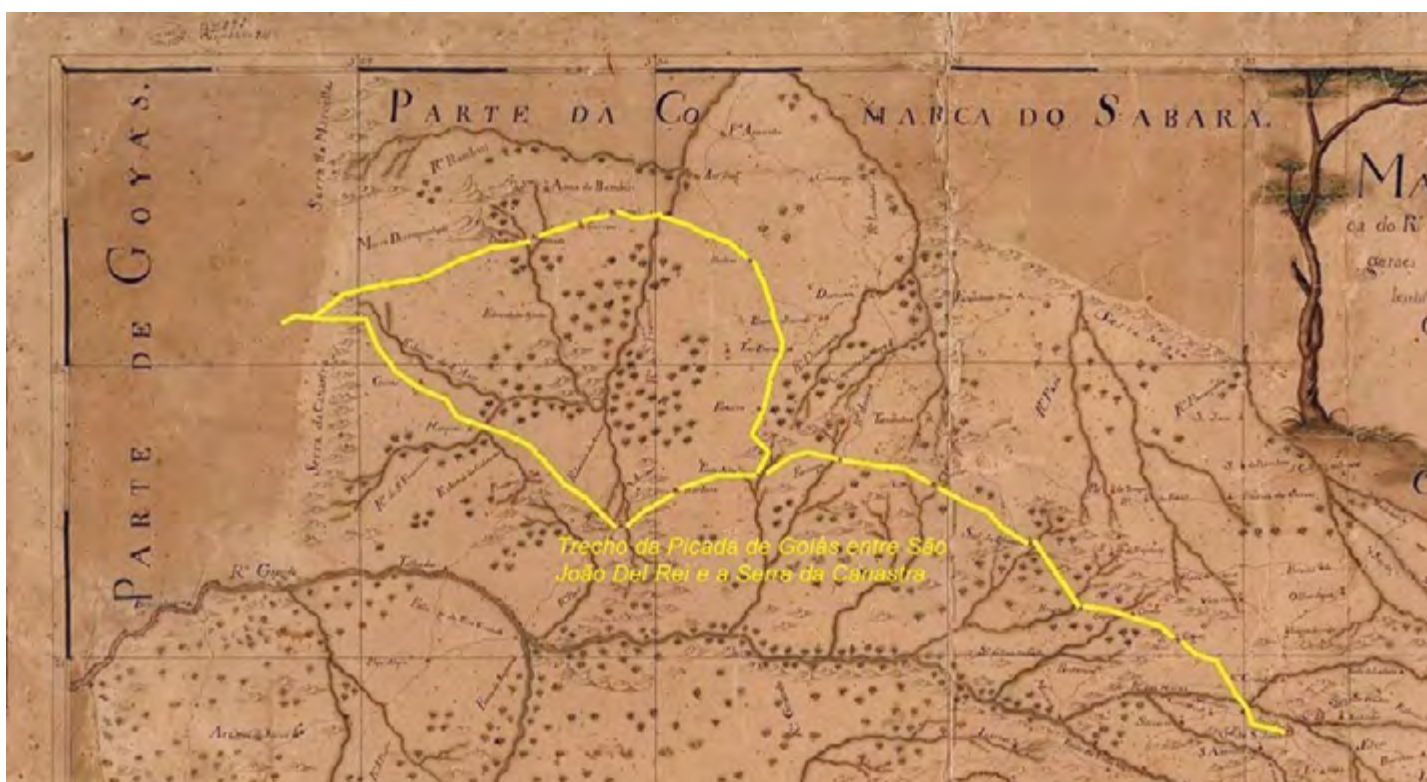
Para “desinfetar” os sertões, eram programadas expedições de conquista com a finalidade de encontrar riquezas, povoar, civilizar os territórios, incorporando-os plenamente à posse e ao fisco real. Índios, quilombolas e mesmo posseiros pobres foram as grandes vítimas dessas expedições, uma delas a de Inácio Correia Pamplona⁽²⁾. As expedições ou “novas entradas” como eram chamadas, tinham objetivos ou preocupações claramente de civilidade ou seja civilizar não só os “bárbaros”, mas também a população livre que habitava as áreas do sertão. A destruição de qualquer elemento que prejudicasse o povoamento e desenvolvimento da região; a distribuição de sesmarias entre “pessoas idôneas” que pudessem arcar com as responsabilidades de manter a área livre de quilombolas e índios; o cultivo de plantações; a criação de igrejas, símbolo do poder espiritual sobre os homens; o combate, em nome da fé, do concubinato, da falta de fé e os desmandos dos régulos. “Civilizar significava não só controlar fisicamente a região, mas também transformar aquelas pessoas em súditos leais do rei”.

(Marco Antonio Silveira – *O universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas – 1735-1808* S.Paulo, USP, 1994, p. 27 e ss.).

Dada a aspereza e topografia acidentada dos terrenos e os grandes cursos d’água, as dificuldades de trânsito eram consideráveis, por vezes inexpugnáveis. As chamadas picadas ou estradas reais eram, na prática, veredas estreitas e tortuosas, condicionadas por dois fatores: direcionavam-se pelas gargantas das serras e acompanhavam/margeavam os rios e demais vias fluviais. O percurso era referenciado ainda por antigas trilhas indígenas, picos de montanhas e outros acidentes orográficos.

O Estado, via de regra, por seu aparato jurídico-fiscal, institucionalizou a violência, marginalizando e espoliando a sociedade; quando, porém, alguém reage ou se secciona do poder constituído, é visto como transgressor e criminoso. Os índios foram assim vítimas da usurpação de suas terras e submetidos ao poder servil do latifúndio.

Há que se registrar, por outro lado, os conflitos e desavenças na região das Minas, em especial nas áreas e vilas mineradoras, onde imperava o direito do mais forte e que culminariam em lutas



sangrentas como a “Guerra dos Emboabas” (1707-1709). Tamanho o volume de distúrbios e antagonismos de toda sorte que o historiador Diogo de Vasconcellos afirmou: “As Minas não tiveram infância. Nasceram como a deusa de Atenas, já feitas e armadas”.

(in “História Antiga de Minas Gerais” Belo Horizonte, Imprensa Oficial, vol. I, 1904, p. 296).

O viajante André João Antonil fala da gente intratável das Minas, a viver “soltamente, sem o freio e o temor das leis e da justiça”.

(“Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas” – B. Horizonte, Ed. Itatiaia/Edusp, 1982, pp. 83, 98, 436).

“O sertão oeste de Minas Gerais era uma região habitada e controlada por diferentes grupos: indígenas, escravos fugidos e mestiços, quase sempre associados aos vadios que, eventualmente, travavam sérios conflitos pela posse da terra. Mas havia também um espaço de convivência entre eles. Não só etnias diferentes disputavam entre si estas áreas.

A disputa podia ser vista também entre os diversos grupos indígenas, utilizando-se claramente de um sistema de alianças com outros aborígenes ou mesmo com os colonos. A presença dos vadios ou dos que as autoridades identificavam como tal, complicava ainda mais este cenário. Tidos como salteadores dos caminhos ou simplesmente como não trabalhadores e portanto não pagadores de impostos, estes elementos ajudavam a desestabilizar a vida nos caminhos mineiros, já bastante complicados em função de escravos fugidos e dos índios nada amigáveis. Assim, os conflitos internos no Sertão entre os diversos grupos propiciavam alianças variadas e forjaram inimigos”.

(Márcia Amantino – “O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII” vol. 1, Rio de Janeiro, UFRJ, 2001, p. 28).

Os sertões viram-se, por conseguinte, palcos de contínuos conflitos, agravados quando “grupos de colonos, soldados, padres, pequenos fazendeiros, comerciantes, vadios e mineradores, perceberam as potencialidades da região e também começaram a participar da disputa pelo seu controle. A instabilidade ficou patente no desencadeamento de guerras travadas contra os indígenas e contra os escravos fugitivos que viviam no sertão. Para os colonos, estes eram empecilhos a seus intentos de enriquecimento; para as autoridades, eram dificultadores do projeto civilizador que estava sendo posto em prática em quase toda a colônia, objetivando o povoamento e desenvolvimento de determinadas regiões” (op. cit. p. 28). Dai o envio de expedições a estas frentes de expansão, com intuídos de seu melhor conhecimento, apossamento, combate aos “bárbaros” indígenas e aos “ferozes” quilombolas (estes, muitas vezes, simplesmente brancos pobres ou pessoas sem trabalho fixo)⁽³⁾. A visão do regime colonial era também nitidamente fiscal – quem não pagava imposto era criminalizado como “bandido”, “vadio”, daí serem perseguidos, quando não trucidados. O sertão era, outrossim, fonte de riquezas minerais e espaço destinado à agricultura e à pecuária, daí a obsessão governamental na “limpeza” da região⁽⁴⁾.

POSFÁCIO

O Rio do Peixe exerceu, em suma, desde os primórdios do século XVIII, fundamental papel na expansão da civilização para o Centro Oeste, Triângulo Mineiro, Goiás e ainda Mato Grosso, influenciando sobremaneira a formação e extensão espacial do território mineiro e pátrio. Vinculado aos inícios da Picada de Goiás, foi a partir de suas margens que se formatou e se disseminou a ordem histórica, geográfica, econômica e cultural que conformaria a expansão civilizatória rumo ao oeste, no antigo e conturbado “Sertão do Campo Grande”, também mencionado por alguns registros como “Sertão das Contendas”.

A criação da Picada de Goiás, a instalação de sesmarias no seu entorno (a 1ª foi a de Roque de Souza em 1937, divisas dos hoje municípios de Ritópolis e São Tiago) a consequente fixação humana, a produção mineral e agropecuária, os fluxos de bens, mercadorias, tropas, viandantes formariam/ampliariam a identidade regional, permitindo, a partir de pousos, passagens, pontos de mineração, a constituição de inúmeros núcleos urbanos, hoje cidades componentes do Centro-Oeste e Triângulo Mineiro. Lembrando que inúmeras expedições de combate a quilombolas e criminosos na região do “Sertão do Campo Grande” passaram por nossa região, e às quais se incorporaram, por vezes, moradores de nosso meio. Assunto igualmente a merecer a atenção de pesquisadores.

O Rio do Peixe tornar-se-ia, em toda a sua extensão, mormente no século XVIII, suporte e motriz na produção, transporte e abastecimento às populações das regiões mineradoras e posteriormente para o litoral e a Corte (alimentos, gado, muars, têxteis) Um legado que não pode ser esquecido e de que devemos nos orgulhar!

Uma sugestão, por oportuno: as Prefeituras de São Tiago e Ritópolis, berços da “Picada de Goiás”, em cujas terras de divisas se instalaram as primeiras sesmarias, nos primórdios do século XVIII, deveriam edificar um marco ou monumento registrando tão relevante fato histórico. Atenção, pois, nossas autoridades!

Não podemos olvidar, contudo, os demais municípios que compõem a sub-bacia do rio do Peixe - Resende Costa e Conceição da Barra de Minas - que tiveram, igualmente, exponencial importância histórico-geográfica na consolidação e expansão da civilização nas regiões do “Campo Grande” e “Caminho de Goiás” e que deveriam ser incorporadas ao projeto.

NOTAS

(1) As ações dos bandeirantes ao domarem – ou melhor, exterminarem o gentio – permiti(r)am o estabelecimento da população povoadora, que, sem medo, ampliara(m) as áreas de lavouras, criação de gado. Era o poder que se impunha pela violência, pelo domínio à força do território, demarcando espaço, forçando a ordem, submetendo súditos.

“Esta força existe em todo Estado; é formada não só de homens armados, como ainda de acessórios materiais, os cárceres e instituições coercitivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade de gens” (Friederich Engels – “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” R. Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1984, p. 192).

(2) Sobre a expedição de 1769 de Inácio Correia Pamplona ver matéria em nosso boletim nº XCIX dezembro/2015.

Fernand Braubel, ao comentar a conquista de espaços pelo colonizadores, incluso bandeirantes, a quem ele denomina de “aventureiros de São Paulo à procura de escravos de pedras preciosas e de ouro”, lembra que o que ocorreu foi uma “sistemática caça ao homem” ou seja aos índios nativos e posteriormente os quilombolas. (in “Civilização Material” p. 82).

(3) Sugerimos, a esse respeito, a leitura do livro “Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII”, autoria de Laura de Mello e Souza, Ed. Graal, 1982.

(4) O controle dos sertões seria um formidável desafio para as autoridades régias. Datada de 16/06/1746, o governador Gomes Freire de Andrade, primeiro conde de Bobadela, dirigiu-se, através de carta, aos vereadores e oficiais da Câmara de Vila Rica, demonstrando grave preocupação com as dificuldades em que viviam muitas das populações mineiras, vítimas de quilombolas “bárbaros matadores” e sobre os resultados, até então infrutíferos, das expedições contra eles enviadas: “Como nos antecedentes anos se pôs um pequeno remédio ao dano que causaram na comarca de São João Del-Rei e em parte desta, os negros aquilombados no Grande Campo e Serras que há entre esta Capitania e a Comarca de Goias e não foi bastante o remédio, antes cresceram o dano e o perigo, se despovoam já as partes mais contíguas ao dito quilombo ou quilombos e sofrem ainda, os mais distantes, perniciosíssimos estragos” (Revista do Arquivo Público Mineiro n. 1, v. 2, pp. 619/621, janeiro/junho 1903)

Tema implícito nos textos de viajantes que atravessaram a região do Campo Grande, como Saint Hilaire (“Viagem às nascentes do São Francisco” – B. Horizonte/S. Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975, pp. 75, 76, 80).

Para G.W. Freyress “as suas habitações, como as suas terras, estão no estado mais miserável e poucos procuram tornar a vida mais agradável pela diligência e pelo trabalho (...) A maior parte dos habitantes dos sertões são criminosos que fugiram da justiça e se localizaram aqui ou são descendentes de criminosos” (“Viagem ao interior do Brasil” B. Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1982, p. 60).

110 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA

(1908-2018)

Os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil no dia 18 de junho de 1908, desembarcando no porto de Santos, a bordo do navio Kasato Maru. A viagem levaria 59 dias e cerca de muitos meses de preparação. Eram 165 famílias, ao todo 781 pessoas, oriundas de várias partes do Japão e muitas já tinham experiência em trabalhos ligados à agricultura e pequenos negócios.

O Brasil, naqueles tempos recém-saído do regime escravista, demandava trabalhadores para atuar como empregados nas áreas de plantio de café. O Japão, por sua vez, vivia uma série crise econômica em função de inúmeras guerras contra a China e a Rússia, além de considerável densidade demográfica. Os imigrantes teriam muitos desafios a superar. A terra ainda era relativamente bruta para ser cuidada e não havia infraestrutura. Muitos deles se tornariam empreendedores, organizando-se em cooperativas – sistema tradicional no Japão, mas quase desconhecido no Brasil de então – atuando em setores desde lavouras até hortaliças, flores, frutas, criação de cogumelos e bichos da seda⁽¹⁾. Outros dedicaram-se a alternativas comerciais, industriais e negócios familiares. Surgem quitandas, pensões, mercearias – negócios abertos mais por necessidade, centrados na sobrevivência familiar.

Os imigrantes tinham, em sua maioria, um nível educacional evoluído, vindos de uma sociedade que valorizava sobremaneira o investimento na educação dos filhos, visto como o principal trampolim para a mobilidade social das gerações seguintes. Foi o que fizeram no Brasil, permitindo tal fato que filhos e netos de imigrantes originais⁽²⁾, com os conhecimentos adquiridos em universidades, pudessem atuar em empreendimentos inovadores e bem sucedidos, além de jamais abandonarem suas milenares raízes e as lições e tradições aprendidas com seus antepassados.

O último navio de imigrantes, o Nippon Maru, aportou no Brasil em 1973.

OUTRAS “CHEGADAS” DE IMIGRANTES:

- Em 1925, uma onda de crimes abala o Japão, levando o governo japonês a estimular e a subsidiar quem quisesse deixar o País. Dessa forma, entre 1925 a 1935, cerca de 135 mil japoneses migram para o Brasil.
- Com a II Guerra Mundial, as relações entre Brasil e Japão piorariam, limitando e restringindo a imigração. Nessa época, cerca de 190 mil japoneses já se achavam instalados no Brasil. Na década de 1950, cerca de 60 mil imigrantes, em sua maioria empreendedores e com boa formação técnica, passam a atuar em nosso País.
- 1960 – década em que as relações nipo-brasileiras são marcadas pela cooperação econômica e grandes empresas japonesas se instalam em nosso País
- 1970 – presença do capital japonês em grandes projetos de desenvolvimento nacional. Por essa época, o número de descendentes japoneses já era de 765 mil.
- 1980 – com a demanda do Japão por mão de obra, filhos de imigrantes japoneses começam a buscar oportunidades na terra natal de seus avós, processo que persiste até os dias atuais.
- 2008 – centenário da imigração japonesa no Brasil. Festa em São Paulo conta a presença do Príncipe Naruhito, herdeiro do trono japonês e reúne 100 mil pessoas.

NOTAS

(1) Em 1927, era criada pelos imigrantes japoneses a Cooperativa Agrícola de Cotia-CAC, reunindo agricultores da região e ganhando projeção nacional, chegando a faturar US\$1 bilhão. A cooperativa viria a ser liquidada em setembro de 1994, provocando um grande choque na comunidade nipo-brasileira.

(2) Nikkei – imigrantes japoneses pioneiros; Nissei – filhos de japoneses; Ssansei – netos; yonsei – bisnetos; Dekassegui – nipo-brasileiros que foram trabalhar no Japão a partir dos anos 1980.

VALORES E PRINCÍPIOS JAPONÊSES

O Japão exibe uma cultura multifacetada com tradições milenares, de raiz chinesa, passadas de geração a geração. Seus valores culturais são imensos e variados, com aplicabilidade na família, na administração pública, gestão de empresas etc. Alguns deles:

- Economia, parcimônia, sustentabilidade nas coisas. Dar valor às coisas que temos e jamais desperdiçá-las (Mottainai)
- Zelo pelo nome e pela reputação da família
- Valorização da educação
- Persistência, paciência, esforço, o trabalho duro sempre com honestidade
- Tudo é voltado para o bem da sociedade e do País
- As interações sociais baseiam-se no conceito da “honra”, do sentido do dever
- Disciplina, organização, planejamento, controle (just in time, 5 Ss)

A distância geográfica (um arquipélago) permitiu ao Japão a construção de modelo sociocultural diferenciado e cujas marcas persistem, através do tempo, com as características de seu povo adaptar-se à evolução tecnológica. Os japoneses têm o sincretismo religioso como marca. Suas principais crenças têm raízes no xintoísmo e no budismo, em coexistência com outras religiões, inclusive a cristã.

No Japão, diferente do que ocorre no Ocidente, não há pregações doutrinárias e proselitismo religioso (ao contrário da mania, por vezes obsessiva, de “conversão” realizada por pregadores ocidentais) A religião é vista e vivenciada no dia a dia, uma espécie de código moral e um modo de viver, não se distinguindo dos valores sociais e culturais da população. A introspecção marca a religião no Japão. Raramente, há cerimônias religiosas externas, não integrando estas os atos oficiais (públicos). Os rituais, orações e adorações – nascimento, casamento, aniversários, funerais – são parte da vida comum diária.

O Japão gerou um estilo único de artes: ikebana, origami, ukiyo-e; técnicas artesanais (bonecas, objetos lacados, cerâmica); espetáculos como danças, kabuki, noh, rapu-go, yosakoi, bunraku; música (sankyoku, joruri, taiko); furoshiki (tipo de embalagem muito tradicional, feita de tecido estampado); tradições (jogos, onsen, sento, cerimônia do chá); paisagismo (bonsai), além de culinária (como o famoso sushi, prato à base de peixe cru; saquê – bebida fabricada a partir da fermentação do arroz) Sua arquitetura de jardins e de construções são mundialmente admiradas. O Japão moderno é uma superpotência cultural, exportando desenhos animados: animes, mangás, filmes para todo o mundo.

IMPACTOS QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 TROUXE PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, EM ESPECIAL NO TOCANTE À AÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Um dos grandes méritos da Constituição Federal de 1988 é, indiscutivelmente, a inserção da Educação no rol dos direitos sociais e subjetivos do cidadão, com a colaboração, o envolvimento e o fomento da família em todo o processo educativo. A Educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com objetivos expressos de pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Consequências da Legislação a esse respeito:

I - A extensão do direito à Educação para crianças de 0 a 6 anos (pré-escolar), dentro do processo que envolve o cuidar e o educar, incorporando e universalizando o atendimento à criança nessa faixa etária e ainda do ensino fundamental (1º ao 5º anos), cuja implementação acha-se delegada aos municípios, com a celebração e a cooperação técnica, financeira da União e Estados (art.211-caput). A extensividade ainda do atendimento, pelo sistema de ensino integrado, ao especial, a programas de alfabetização de adultos, a capacitação de pessoal, transporte escola, merenda escolar, material didático básico, educação rural, etc.;

II – Descentralização dos eixos e processos de autonomia e democratização da gestão pública nas três esferas, com maior participação do Município, que passa a ter função preponderante com atendimento da educação infantil (creche, pré escola) e ensino fundamental;

III – a efetiva participação da população por meio de organizações representativas ou órgãos gestores (art.204).

Verifica-se, pois, uma pactuação de responsabilidades e de sustentabilidade em que todos os atores, a nível municipal: Prefeitura, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, conselhos escolares, demais Conselhos Municipais (Saúde, CMDCA, etc.), de toda a família, enfim a assunção, pela comunidade e seus organismos constituídos, das funções, estruturas, percepções, fins e valores da educação a nível local. O Município, por força de lei, para tanto, deve aplicar obrigatoriamente 25% das receitas de impostos em educação, competindo ainda à Prefeitura a coordenação da criação do(s) plano(s) municipais de educação.

Em suma, a Constituição Federal delega aos municípios, envolvendo Poder Público e comunidade mobilizada, grandes, intransferíveis, desafiadoras e inadiáveis responsabilidades, na forma de atores e entes ativos e representativos, quanto à educação infantil e fundamental, a partir das bases e da vivência local, contando-se com a colaboração e interveniência das demais esferas constituídas (federal e estadual). Uma ação de autonomia e de maturidade político-social a ser trabalhada, construída e consolidada. Como disse Paulo Freire: “A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades. Ninguém é autônomo primeiro para decidir depois. A autonomia vai se constituindo nas experiências de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas”



EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO TIAGO – REGISTRO NO JORNAL ‘GAZETA DE PARAÓPEBA’ – 1949

A historiadora e pesquisadora Terezinha Mascarenhas Rocha, residente em Paraopeba, gentilmente nos enviou cópia/teor da matéria sob o título “São Tiago”, publicada no jornal “Gazeta de Paraopeba”, edição de 23 de janeiro de 1949, na qual é focalizada a solenidade de instalação do município de São Tiago. Trata-se de texto com algumas pequenas incorreções, perfeitamente relevadas.

Cumpre-nos frisar que, no passado, havia uma ligação mais assídua entre nossa região e Paraopeba, dada a conexão ferroviária do “Trem do Sertão” que, vindo do Rio passando por São João del-Rei, ia até Paraopeba.

Nossos sinceros agradecimentos a Sr.^a Terezinha pela remessa do impresso, fruto de suas laboriosas buscas em periódicos de sua terra natal.



Publicado na "Gazeta de Paraopeba" de Paraopeba 23-1-1949

SÃO TIAGO

No dia 1. de Janeiro do corrente ano, foi solenemente instalado o município de São Tiago.

De 31 de Dezembro para 1. de Janeiro de 49, várias bandas de música percorreram as ruas da novel cidade, numa alvorada empolgante ao espoucar de fogos. Na manhã de 1. de Janeiro foi hasteada a bandeira nacional no edifício do Grupo Escolar, falando nessa ocasião o sr. dr. Antonio Viegas, cuja oração foi um hino de louvor à Pátria estremeçada. Falou, em seguida, o professor José Augusto de Rezende, em linguagem decidida e franca, quanto ao ato que presenciávamos. Quatro bandas musicais tocam na ocasião e cerca de 10.000 pessoas assistiam ao auspicioso acontecimento. Às 13 hs., o exmo. sr. dr. Dario Pessoa de Melo, Juiz de Direito da Comarca de Bom Sucesso, declarava instalado o município de São Tiago. Foi então, dada a palavra ao exmo. sr. dr. Augusto das Chagas Viegas, deputado federal, cuja oração foi uma verdadeira apoteóse. Falaram a seguir o dr. Navarro Filho, o prof. Rezende e o dr. Cid. Finda a cerimônia, houve a procissão de São Tiago, e antes da instalação da cidade, houve missa cantada, falando brilhantemente o revmo. padre José Elói da Silveira, cuja oração foi ouvida com entusiasmo.

Houve churrasco, manifestação popular e banquete de 300 talheres. Falaram ainda na manifestação popular tribunos de renome como: dr. Julio de Carvalho, deputado estadual; dr. Tancredo Neves, deputado estadual; o jornalista — professor Mozart Novais; dr. J. Belisario Leite, uma glória da palavra falada; dr. Edgard Magalhães, dr. Cid, dr. Otavio Leal Pacheco, dr. José de Rezende Santiago e outros.

Tocavam sempre as 4 bandas musicais — de Passa Tempo, Morro do Ferro, Bom Sucesso e a local. A orquestra foi regida pelo maestro Joaquim Pinto Lara. Compareceram os prefeitos e presidentes de Câmaras de Passa Tempo, Rezende Costa, Bom Sucesso, São João del-Rei e várias delegações de outras localidades. A comissão organizadora foi digna de aplausos pelo esforço com que se portou no desempenho de sua elevada missão, nada faltando, destacando-se o capitalista Vicente Mendes, que a tudo via e deliberava. Entre os vários oradores não se deve esque-

cer o nome do sr. Otavio Leal Pacheco, esforçado amigo de São Tiago e do farmacêutico Henrique Santiago.

As comissões de senhoras e senhoritas desobrigaram-se galhardamente de suas incumbências. Houve magnífico baile e animavam-no excelentes jazz-bands. O que mais se fez sentir é que mais de 10.000 mil pessoas assistiam a essas festividades e não havia um policial, nem delegado para manter a ordem, e a ordem foi mantida pelo próprio povo.

Ao término do grande banquete, levantou o brinde de honra ao exmo. sr. General Eurico Gaspar Dutra, o digno tribuno dr. Augusto das Chagas Viegas, deputado federal, que com a sua linguagem invulgar soube, como ninguém, dizer das notáveis qualidades de caráter do atual presidente, saudação essa que calou profundamente no coração das pessoas que se achavam presentes.

Em seguida, o exmo. sr. dr. Julio Ferreira de Carvalho, deputado estadual, ao qual coube o prazer de levantar o brinde de honra ao exmo. sr. dr. Milton Soares Campos, digníssimo Governador do Estado. S. s. em palavras coloridas, num requinte de proverbial modéstia, interpretou plenamente o sentimento de todos os santiaguenses. Sua oração foi uma verdadeira apoteóse e de correta linguagem que mereceu dos presentes muitas ovações.

As corporações musicais, em todos os atos, emprestaram muito entusiasmo e muita alegria. — R.

Reminiscências . . .

Somos feitos de lembranças. Vivemos lembranças. Somos lembranças.

Minha primeira e eterna lembrança: morávamos na roça. Ia com meu pai, bem cedinho, ainda no seu colo, buscar as poucas vacas no pasto para tirar o leite. Ele ia assobiando e logo três ou quatro vaquinhas, mansamente, se achegavam e se reuniam a nós. Nessas oportunidades, meu pai, de uma sabedoria poética, simples, filosófica e, por vezes, até profética, vinha falando sobre seus momentos felizes no Grupo Escolar da cidade. Eu, por volta de três anos, certamente ainda não tinha ideia da emoção daquelas palavras, nem a percepção do brilho de seus olhos quando dizia:

- Minha filha, você há de estudar, ser professora no Grupo Escolar “Afonso Pena Júnior”, assim como minha querida professora, D. Maria José Fonseca.

Quando fiz sete anos, na impossibilidade de mudarmos para a cidade, meu pai comprou vários livros. Minha mãe me alfabetizou em casa na Cartilha da Infância. Li o Livro de Violeta e o Livro de Elza. Comecei a ler o livro Manuscrito.

No ano seguinte, meus pais, com certo sacrifício, organizaram a mudança para São Tiago para que eu e meu irmão – então com sete anos – estudássemos no famoso, e já por mim muito querido, Grupo Escolar.

Fui matriculada no primeiro ano, mas a professora, D. Maria Ângela Viana, logo percebeu que eu já sabia ler e me encaminhou para um teste com a diretora, D. Maria José.

Nossos vizinhos da cidade, que já estudavam no Grupo Escolar, me amedrontavam dizendo da rigidez da escola, do perigo de ser encaminhado para o gabinete da diretora: lugar de castigo e agressões com a palmatória; das palavras duras da senhora diretora.

Ao entrar no gabinete, nem me lembrei daquele “terrorismo”. Só pensava que ia ver e ouvir a já tão conhecida pela minha imaginação, D. Maria José Fonseca.

A diretora mandou-me sentar ao seu lado. Eu, uma simples e inocente criança da roça que não sabia de quase nada, não conhecia direito os hábitos das pessoas educadas na cidade. Nem sabia conversar com pessoas tão importantes! Mesmo assim, respeitosamente, obedeci. Ela abriu o livro “Lalau, Lili e o Lobo”, de Rafael Grisi, na primeira página e pediu que eu lesse. Li sem tropeços. Gostei imensamente da história e contei-a todinha para minha examinadora. Ela passou então para a última página. Fiz o mesmo. D. Maria José apanhou outro livro: “Uma história e... depois outras”, do mesmo autor. Agi conforme antes. A seguir, deu-me lápis e papel passando-me algumas continhas de somar e diminuir. Tão fáceis! Rapidamente devolvi a ela o papel e o lápis. Nem precisei de borracha!

Carinhosamente, a tão famosa diretora abaixou-se e me abraçou parabenizando-me. Perguntou-me quantos anos tinha, quem eram meus pais, com quem aprendi a ler, se gostava de estudar... Respondi a tudo com a maior desenvoltura. Estava me sentindo íntima daquela de quem meu pai sempre tecia grandes e belos elogios.

A aula já havia terminado quando se despediu de mim com mais um abraço afetuoso e a seguinte recomendação:

- Amanhã você vem às sete horas. Vou apresentá-la à professora e aos colegas do segundo ano.

Cheguei em casa atrasada. Feliz. Cheia de novidades. Um

pouco triste porque não ia mais estudar na sala de D. Maria Ângela. Nem me sentar na mesma carteira com Maria Inês Lara. Minha mãe já estava aflita. Conteí tudo. Repeti para os vizinhos. Emocionada, custei esperar meu pai chegar da roça. Repeti tudo dezenas de vezes. Não consigo descrever sua satisfação e orgulho. Acho que deve ter dito:

- Não te falei minha filha! Por que a surpresa? D. Maria José ainda vai te surpreender muito mais.

- Quero ser igual a ela, pai – respondi.

Nem dormi direito. Minha mãe me levou ao Grupo Escolar, bem cedinho. Procuramos o gabinete da diretora. Ela nos recebeu afetuosa e educadamente, parabenizando minha mãe pela minha inteligência. Levou-me ao pátio apresentando-me à professora, D. Antônia de Sousa Resende, que me colocou na fila dos colegas ao lado da Alzira do Sr. Ladico, para minha surpresa, minha vizinha e amiga.

Estudei na mesma classe, com a mesma professora e os mesmos colegas os três anos do Curso Primário. Foi um tempo de lembranças inesquecíveis. Muitas histórias partilhadas. Muito aprendizado. Adquiri conhecimento, experiência e valores religiosos, sociais, cívicos e morais indispensáveis para toda minha vida. Recebi meu precioso diploma. Com louvor: nota nove!

Fiz o Curso Ginásial e o Curso Normal.

No estágio de normalista fui gentilmente acolhida pela Comunidade Escolar “Afonso Pena Júnior”. Observei, participei, planejei, direcionei e ministrei aulas na classe do Segundo Ano, de D. Maria Célia Campos Mendonça. Grande Mestra! Aprendi toda prática educacional com ela: mais do que em qualquer escola.

Tornei-me professora.

Retornei ao Grupo Escolar “Afonso Pena Júnior”, como meu pai havia sonhado e previsto. Nove anos bem vividos. Felizes. Partilhei – e partilho até hoje – minha existência com excelentes companheiros de trabalho. Recebi – e ainda recebo – afeto e amor de crianças – hoje adultos – lindas, amáveis, respeitadas, inteligentes, dedicadas, meigas, carinhosas. Convivi – convivo – com pais compreensivos, amigos, cúmplices.

Foram anos de grandes realizações. A certeza de que consegui ser o que sempre sonhei e quis. Além de D. Maria Ângela, D. Maria José, D. Antônia e D. Maria Célia, tive muitos, incontáveis amigos, eternos Mestres nos quais me espelhei e busquei trilhar os mesmos caminhos. Fiz deles meu exemplo, minha fortaleza, meu porto seguro.

Fui feliz. Sou feliz. Fui aluna e professora neste ilustre educandário. Tive a honra e a oportunidade de viver e conviver parte da minha vida sob o carinho e o afeto do Grupo Escolar “Afonso Pena Júnior”.

COELHO, Carlita Maria de Castro e.
Mercês de Água Limpa, dezembro, 2017.



Família Oliveira Gomes



*Herdamos também a
"história de uma Fabulosa Herança"*

No final do século passado uma empresa inglesa veio explorar ouro no Brasil, abrindo a mineração da Mina do Morro Velho na região de Ouro Preto próximo à localidade de Cocais.

Jose Feliciano Pinto Coelho da Cunha(Barão de Cocais) tornou-se acionista da empresa de Morro Velho e, nesta época, enviou para um banco em Londres (Inglaterra) depósitos em moeda corrente e em ouro.

Faleceu o Barão sem retirar os valores depositados naquele banco inglês e nem os herdeiros diretos na época reclamaram a herança.

Na década de 70, o Banco de Londres comunicou ao governo

brasileiro que dentro de 5 anos completariam 100 anos do depósito e que após este tempo sem ser retirado os valores passariam a pertencer ao governo inglês.

Os descendentes do Barão, parentes da 3ª e 4ª geração, correram com advogados aos cartórios procurando num processo demorado provar o parentesco com o Barão. Passaram-se os cinco anos e os herdeiros não se uniram e nem mandaram um procurador ao Banco de Londres, perdendo a fabulosa herança.

Segundo consta, as barras de ouro e o valor em dinheiro reajustado nestes 100 anos atingiu um valor tão alto que o banco inglês iria à falência com o pagamento a um provável herdeiro.

José Feliciano Pinto Coelho da Cunha casou-se com Antônia Tomásia Pinto Coelho e com ela teve três filhos:

- Joaquim Pinto Coelho da Cunha
- Felisberto Pinto de Almeida
- Francisco Rodrigues da Cunha, que se casou com Ana Olinda Oloia.

Desta união nasceu Ignácia Cassiana da Cunha, que casou-se com Antônio Carlos de Oliveira e geraram

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA



Maria José, Aristides e as crianças Inácia, Francisca e Osvaldo em 1914

José Gomes, português de nascimento vindo para o Brasil, casou-se com Cândida de Jesus Carneiro. Tiveram quatro filhos:

- João Batista Gomes
- Flávio Gomes
- Miguel Arcanjo Gomes
- Gabriel Gomes

João Batista Gomes casou-se com Francisca Maria da Conceição e foi pai de três filhos:
José Pedro Gomes
Maria de Lourdes Gomes

ARISTIDES BATISTA GOMES

ARISTIDES BATISTA GOMES

Nasceu em 15 de Dezembro de 1885 na Fazenda Pinhão, município de Resende Costa. filho de João Batista Gomes e Francisca Maria de Jesus Carneiro. Faleceu na cidade de Bom Sucesso em 12 de Julho de 1961.



MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA

Nasceu em 16 de Dezembro de 1888 na Fazenda do Rio do Peixe, município de Resende Costa. Filha de Antônio Carlos de Oliveira e Inácia Cassiana da Cunha. Faleceu em Bom Sucesso em 21 de Julho de 1962.

Do casamento de Aristides e Maria José nasceram Inácia, Osvaldo, Francisca, Eneida, Stelita, Enedina, Osmar, Walpira, José, Jacy, Hamilton e Antônio. Não existem links para Francisca e Hamilton, pois os dois faleceram ainda jovens. Não se casaram e não tiveram filhos.

O Administrador Inidôneo

Toda dificuldade do homem aqui na Terra está em assumir a atitude correta. Em face dos bens materiais, três coisas são possíveis: abusar, recusar, usar.

O homem profano considera os bens terrestres como um fim em si mesmo – isto é abusar. O homem místico não se serve dos bens materiais nem como fim nem como meio – isto é recusar. O homem de consciência cósmica não considera os bens terrestres como um fim, mas como meios para um fim superior – e isto é usar.

Como Jesus não era um profano, nem um místico, mas o homem cósmico por excelência, não recomendou nem o abuso, nem a recusa, mas sim o uso correto do dinheiro. Aliás, toda a vida do Nazareno é caracterizada por essa consciência cósmica, equidistante do abuso dos profanos e da recusa dos místicos; ele não abusa nem recusa, mas simplesmente usa os bens materiais.

A verdadeira renúncia não é, em primeiro lugar, uma renúncia externa, mas sim um uso sem abuso. Possuir sem ser possuído. Mais importante que possuir ou não possuir é saber como possuir ou não possuir. Já na antiguidade era esta a grande sabedoria dos filósofos estoicos.

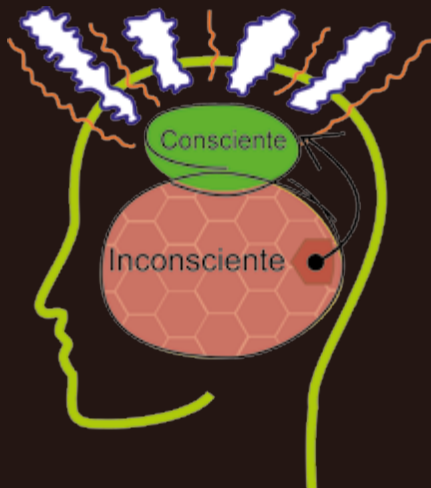
Abusar é proibido

Recusar é permitido

Usar é recomendado

A parábola do administrador desonesto é a mais deslumbrante apoteose do espírito cósmico do Cristo.

(Huberto Rohden
Livro “A Sabedoria das Parábolas”)



ILUSTRAÇÃO/INTERNET/INVULGAÇÃO

TEM BISCOITO PRA DÁ?



No limiar da década de 90, a atividade de produção de biscoitos alavancou a economia local. A cidade respirava a novos ares. Muitas fábricas e indústrias de biscoitos foram criadas após o resgate de uma cultura antiga que a comunidade sempre teve: a produção de quitandas. Com isso, a cidade possibilitou que tivesse vagas de empregos, diferente das poucas que tinham em outras áreas. As condições de vida começavam a se transformar. Com trabalho nas padarias, as pessoas conseguiam arrumar melhor as casas, compravam eletrodomésticos, móveis e a alimentação tornou-se diferenciada de algum tempo para cá. Direitos foram garantidos com a carteira assinada. Muitos se igualaram às condições de outros que tinham poder aquisitivo melhor.

Mas existiam ainda pessoas que não trabalhavam em padarias, mas em outros serviços da comunidade e na zona rural. Pais com muitos filhos, sem condições financeiras, recorriam às padarias para comprar biscoitos ‘fora de padrão’ para alimentação das crianças. Em outras situações se pedia quando realmente não tinham dinheiro.

Muitas vezes as próprias crianças iam às padarias e pediam:

— Tem biscoito pra dá?

Prontamente muitos doavam.

Herança dos antepassados! Economia vocacionada! Riqueza de um povo! Biscoito nosso de cada dia! Dom de Deus!

Os biscoitos que saciaram a fome de pessoas que passavam pelo arraial num tempo da história, séculos depois voltavam a matar a fome de muitos. Biscoitos que geraram a transformação da cidade e a mudança de vida das pessoas! Viva nossa cultura e tradição! Viva a Terra do Café com Biscoito! Viva São Tiago!

Marcus Santiago
Membro do IHGST

O JEITO DE SER MINEIRO

ILUSTRAÇÕES/INTERNET/DIVULGAÇÃO

Faz muito tempo que andam dizendo: “Minas Gerais cada vez menos está havendo..., na política, na literatura, na cultura, no espírito...”

Já em 1942, o maior poeta mineiro, Carlos Drummond, escreveu esta frase que se tornou célebre — impulsionada pela celebridade do poeta das próprias Minas Gerais: “Quero ir para Minas, Minas não há mais...”

A frase de Drummond foi escrita na década de quarenta e me faz calcular, então: quando houve Minas...? Eu penso diferente..., pois sei que << para quem quiser ver >> Minas sempre haverá !!!

E para fortalecer a minha convicção, reli o livro do escritor mineiro Olavo Romano, publicado já dentro desta era atual, senão moderna.

E então decidi fazer um resumo e divulgar um dos “casos” contado por Olavo, este mineiro nascido no interior, Morro do Ferro, distrito de Oliveira, perto de Belo Horizonte. Antes eu acho bom me lembrar do quanto são interessantes esses “casos”. Não são invenções, são reais e, legitimamente, retratam a cultura deste nosso povo, em seu aspecto puro, não literário, mas filosófico, pode-se dizer, uma filosofia de vida, um jeito de ser..., o jeito de ser mineiro.

Aliás, para aqueles que nos acham “tolos”, eu digo que realmente o que somos é “ingênuos”, ingênuos por natureza... Temos os espíritos desarmados. Às vezes minha ingenuidade surpreende não só a mim mesmo. Lembro-me do que me disse certo professor. Depois de ler algo escrito por mim, ele riu intimamente e afirmou: “ Sua ingenuidade se confunde com genialidade”. Eu também ri. Considerei um elogio. Mas vamos ao “caso” de Olavo Romano.

Foi assim o início do caso contado por Romano a respeito do velho fazendeiro Simeão...; caso este que resultou em enfarte.

Depois de muita choradeira, a família se reuniu e decidiu mandar Simeão para ser operado na capital. Assim era mais seguro. “ A cirurgia durou quase sete horas. Todo mundo, depois, ficou morrendo de pena de Simeão: abriram o coitado que nem porco. Mas felizmente tudo correu bem. Já em fase de recuperação, quase nas vésperas de ter alta, o médico foi vê-lo. O velho fazendeiro Simeão estava airoso, cara boa. O doutor disse: — Seu coração, agora, está novinho em folha. — Tem perigo de enfartar mais não? — Esquece isso. O senhor tem até um aparelhinho aí dentro, para o caso de o coração ficar preguiçoso.

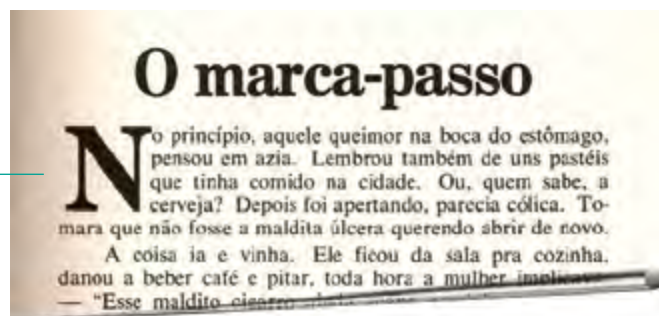
— É o tal de marca-passo? — É. — Uai, puseram? — Na hora da operação, achamos aconselhável. Pode ficar sossegado. Está tudo bem. — Agradecido, doutor. Deus lhe pague. Simeão estava emocionado. O médico, satisfeito de ver a recuperação do velho fazendeiro.

— Mais tranquilo agora, não é, seu Simeão? — Graças a Deus, doutor. ...E esse tal marca-passo, não pára nunca não, é garantido mesmo? — Garantidíssimo, de toda confiança. — Tem perigo de zangar não? — De jeito nenhum! Simeão sorri. O médico, acompanhando a reação dele, também sorri.

De repente, uma ruga vai se formando na testa do paciente. O doutor pergunta: — Algum problema?

— Só uma duvidazinha... Faz uma pausa. Há um silêncio. Animado pelo olhar do médico, Simeão indaga:

— E quando eu quiser morrer, doutor, como é que há de ser? .”



Minas e seus casos Olavo Romano Editora Ática S.A. São Paulo - SP 1984
— E quando eu quiser morrer, doutor, como é que há de ser? .” O jeito de ser mineiro crônica - Lanier Wcr Brasil - M.G. - Luz 16 de Maio 2011